

Brasil cai para 72ª colocação em *ranking* de competitividade

Mercado de trabalho formal a passos lentos, em especial no RS

Aperto de liquidez provoca redução de crédito dos bancos para o Brasil

Condução da política fiscal italiana preocupa a zona do euro

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Assis Brasil, 8787 Fone: (051) 3347.8731 Fax: (051) 3347.8795

UNIDADE DE ESTUDOS ECONÔMICOS

www.fiergs.org.br/economia

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista desta Federação. É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Brasil cai para 72ª colocação em *ranking* de competitividade

Recentemente, o Fórum Econômico Mundial divulgou o *Global Competitiveness Report 2018*, um relatório que compara a competitividade entre países através da análise de uma gama de indicadores. Com o objetivo de adequar a estrutura do estudo frente às mudanças que ocorrem na economia global, a mais recente edição traz grandes alterações na metodologia frente aos anos anteriores. O novo *Global Competitiveness Index 4.0* – nome criado em alusão à Indústria 4.0 –, é formado por 98 variáveis agrupadas em 12 pilares.

Entretanto, a despeito da mudança de metodologia, o que não muda é o desempenho desastroso do Brasil: encontra-se na 72ª posição no *Ranking* Geral que contempla 140 países. Na edição anterior, estava em 69º lugar de 137 países, já considerando a edição revisada que fez a adequação dos resultados com a nova metodologia.

Os resultados do relatório apontam que países com nível de renda parecidos com o Brasil, como Armênia, Bulgária e Romênia são atualmente economias mais competitivas que a brasileira. Além disso, o País é o menos competitivo entre os membros dos BRICS (Brasil – 72º, Rússia – 43º, Índia – 58º, China – 28º e África do Sul – 67º) e fica na 8ª posição entre os países da América Latina.

Entre os 12 pilares analisados, a pior colocação do

Brasil é em “Estabilidade Macroeconômica”, onde encontra-se na posição de número 122, sendo o 131º colocado no quesito “Dinâmica da dívida pública”. O pilar que avalia a qualidade institucional também coloca o Brasil em uma posição bastante desfavorável (93º), em especial pelo péssimo desempenho no quesito “Carga de regulação do setor público”, onde o País foi classificado em último lugar (140º).

Cabe também destacar a perda de posições no pilar de Infraestrutura: passou de 79º para 81º. No subitem de qualidade das rodovias, o principal modal de transporte do País, o Brasil perdeu 10 posições, caindo para o 112º lugar na edição mais recente. Já o pilar referente ao Mercado de Trabalho (114º), o Brasil é um dos três países com maiores entraves para contratação e demissão de trabalhadores (138º) e em termos de mobilidade interna de mão de obra (138º).

Em suma, os dados trazidos demonstram uma pequena parcela dos enormes desafios que o governo a assumir o País em 2019 terá que enfrentar. Nessa perspectiva, o foco deve ser o equilíbrio das contas públicas e trabalhar no sentido de melhorar o ambiente de negócios, com ações que visem a desburocratização e menor interferência do governo na atividade econômica. Somente com atitudes contundentes nessa direção o Brasil ficará em melhores condições de competir no cenário internacional.

Mercado de trabalho formal a passos lentos, em especial no RS

Na semana passada, o Ministério do Trabalho (MTb) divulgou os dados do CAGED de setembro de 2018. O Brasil abriu 137,3 mil postos de trabalho no mês, um resultado melhor frente ao observado em setembro do ano passado (+34,4 mil na série sem ajuste e +49,3 na série ajustada com as declarações enviadas fora do prazo ao MTb). Entre os grandes setores, somente a Agropecuária perdeu vagas no mês (-2,8 mil), enquanto a Indústria (+49,8 mil) e os Serviços (+90,3 mil) tiveram saldo positivo.

Nos primeiros nove meses do ano, o País acumula criação de 719,1 mil empregos: Agropecuária (+84,9 mil), Indústria (+222,0 mil) e Serviços (+412,2 mil). Já o saldo acumulado em 12 meses subiu para 459,2 mil vagas abertas: Agropecuária (+11,8 mil), Indústria (+26,6 mil) e Serviços (+420,8 mil). Cabe lembrar que a grande diferença entre o acumulado do ano e em 12 meses é devido ao resultado sempre muito negativo em dezembro, quando ocorrem as dispensas dos trabalhadores temporários do fim de ano.

No Rio Grande do Sul, os dados seguem no mesmo sentido, mas são menos favoráveis, principalmente para o setor industrial. O Estado abriu 1,4 mil postos formais de trabalho em setembro, trazendo um fôlego após cinco meses consecutivos de perdas. O resultado foi

melhor em relação as 6 vagas perdidas no mesmo mês do ano passado (dado ajustado pelas declarações enviadas fora do prazo). Entre os três grandes setores, a Indústria (-3,4 mil) foi o único a perder vagas no mês, sendo que o setor de Tabaco (-3,9 mil) – por questões sazonais – foi o que mais fechou empregos e praticamente definiu o resultado do setor secundário. A Agropecuária (+535) e os Serviços (+4,3 mil) apresentaram saldo positivo.

No acumulado do ano, o Estado gerou 21,9 mil postos: Agropecuária (-2,4 mil), Indústria (+16,6 mil) e Serviços (+7,8 mil). Já no acumulado em 12 meses, o RS abriu 15,0 mil empregos. Em termos setoriais, a Agropecuária (-2,2 mil) perdeu vagas, e os Serviços (+18,0 mil) apresentam o melhor resultado. A Indústria (-834) apresentou saldo negativo nessa base pelo segundo mês consecutivo após 3 meses no campo positivo, resultados que indicavam o início de uma recuperação do emprego depois de 46 meses consecutivos de perdas.

Portanto, os resultados recentes demonstram que o mercado de trabalho formal não entrou em trajetória consistente de melhora, principalmente no Rio Grande do Sul. Nesse ritmo, a plena recuperação frente às perdas dos anos anteriores segue ainda muito distante.

Aperto de liquidez provoca redução de crédito dos bancos para o Brasil

No primeiro semestre de 2018, observamos uma escalada do estresse financeiro sobre as economias de mercado emergentes e países em desenvolvimento (EMDE's), em razão do aperto das condições de financiamento global.

Em meio às incertezas, os bancos internacionais buscaram minimizar as suas exposições via redução das linhas de crédito às EMDE's, sob a premissa de que estes tomadores de empréstimos teriam maior risco de não honrar suas obrigações financeiras, no caso de um agravamento da conjuntura internacional. Ao fim de junho, o crédito total concedido pelos bancos às EMDE's contraiu US\$ 20,3 bi, pior resultado desde o último trimestre de 2016, segundo o Banco de Compensações Internacionais (BIS). Dentre os países que compõem as EMDE's, o Brasil se destacou negativamente por apresentar o maior declínio na captação de créditos externos do segundo trimestre (-US\$ 19,5 bi), seguido por Índia (-US\$ 13,3 bi) e México (-US\$ 8,1 bi).

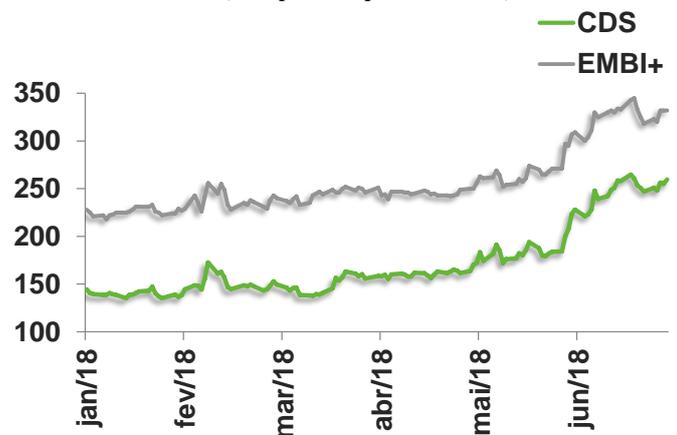
O BIS sugere ainda uma métrica para avaliação da exposição dos bancos ao risco de *default* de um país. Segundo a instituição, é possível avaliar o saldo líquido de transferências de risco por meio da base de risco final, onde quanto maior for este saldo, maior a exposição ao risco de crédito dos bancos frente a um determinado país. No caso do Brasil, as transferências de risco internas aumentaram em comparação com as externas, assinalando um saldo líquido de US\$ 16,5 bi,

crescimento de 15,8% em relação ao trimestre anterior. Esse movimento pode ser atribuído aos eventos ocorridos no segundo trimestre de 2018, que levou a uma deterioração do crédito soberano e, portanto, aumentou a demanda por proteção via *credit default swaps* (CDS), como mostra o CDS para 5 anos, juntamente com o indicador EMBI+.

Com a normalização do cenário doméstico, expectativas de inflação e taxa de juros moderadas, juntamente com a eleição de um presidente com viés pró-mercado, espera-se uma retomada da confiança dos bancos internacionais perante ao Brasil, retornando o fluxo de créditos concedidos ao país.

Risco Brasil

(Em pontos percentuais)



Fonte: Ipeadata.

Condução da política fiscal italiana preocupa a zona do euro

Em contraposição às recomendações feitas pela UE, o governo italiano, em outubro, aprovou o projeto de orçamento para 2019, que contempla a elevação dos gastos públicos. Tais medidas de caráter fiscal-expansionista parecem não condizer com a realidade das contas públicas da Itália que, em 2017, já mostravam uma dívida pública superior ao PIB.

Ademais, o orçamento prevê um déficit fiscal de 2,4% do PIB para 2019, porcentagem maior do que os 0,8% projetados anteriormente, além de outros déficits previstos: 2,2% em 2020 e 2% para 2021. Essa guinada na condução da política fiscal preocupa a comissão europeia, uma vez que se acentua a deterioração das expectativas sobre a condição de solvência da Itália, aumentando o risco de *default*.

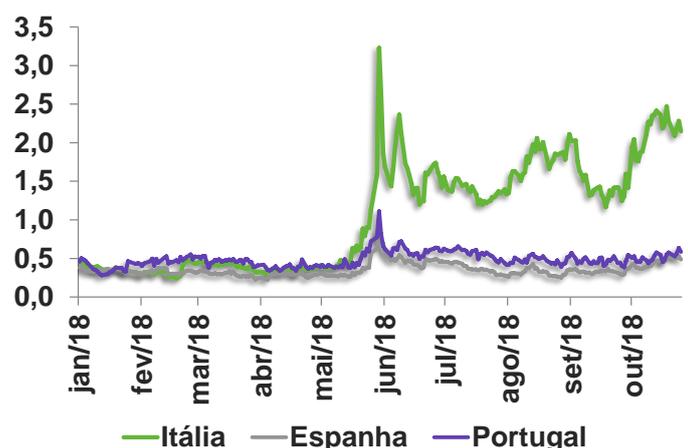
A ampliação da trajetória do déficit gerou uma insatisfação, não apenas para a zona do euro, mas também para o mercado. Para mensurar o risco percebido pelos agentes perante a política econômica do novo governo da Itália, avaliamos o *spread* entre a taxa de retorno dos títulos públicos italianos com maturidade para dois anos em relação ao título alemão. Tudo o mais permanecendo constante, quanto maior o *spread* entre os títulos, maior o risco do instrumento. Ao analisar o gráfico, torna-se claro a elevação do risco

do título italiano, evidenciado pelo “descolamento” entre os *spreads* dos títulos de outras nações europeias, como os espanhóis e portugueses.

Nesse sentido, a não ser que haja uma reversão do quadro da condução da política fiscal, parece inevitável uma redução das notas de crédito da Itália pelas agências de risco, elevando ainda mais a volatilidade no mercado europeu.

Spread dos títulos europeus

(Em pontos percentuais)



Fonte: Banco Central Europeu.